



ACÓRDÃO Nº1034/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12107/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Liége de Fátima Ribeiro (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2635/2023-MP/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Luiz Henrique Pereira Mendes, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar irregular** a Prestação de contas anual do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste, de responsabilidade da **Sra. Liége de Fátima Ribeiro**, referente ao exercício de 2021, em razão dos achados 03 (ausência de controle de fiscalização dos contratos), 06 (realizações de contratações sem cobertura contratual), 09 (ausência de registro da conta Depreciação Acumulada) e 11 (ausência de Plano de Providências para sanar as irregularidades apontadas no Parecer Nº 052/2022), apontados pela Comissão de Inspeção e não sanados, com fundamento no art. 22, III, alínea “b” e §1º da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar multa à Sra. Liége de Fátima Ribeiro**, com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, por grave infração a normas legais (art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, art. 60 da Lei nº 4.320/64, art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, MCASP, 9º Edição e art. 10, inciso III, da Lei nº 2423/96), no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos); e fixar prazo de 30 dias para



ACÓRDÃO Nº1034/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 11.3. Aplicar multa à Sra. Liége de Fátima Ribeiro**, com fulcro no art. 54, IV, “b” da Lei nº 2423/96, por descumprimento de determinação do Tribunal de Contas, conforme exposto no achado 06, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos); e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº1034/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11.4. Dar ciência sobre o teor da decisão à **Sra. Liége de Fátima Ribeiro**, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.5. Arquivar o processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 29 de Maio de 2023

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Luiz Henrique Pereira Mendes.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral